

# Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal



Relatório de Atividades e Contas  
do Exercício e Parecer do  
Conselho Fiscal do Ano de 2025



*“Cuidar é a mais nobre forma de amar.”*

Alcácer do Sal 12 de março de 2026

Mensagem do Provedor,

Nos termos da legislação em vigor e de acordo com o nosso Compromisso, submetemos à apreciação e votação dos Irmãos, o Relatório e Contas com a respetiva proposta de aplicação de resultados, referente ao ano de 2025 e que coincide com o segundo ano de mandato destes Órgãos Sociais.

O ano em causa revelou-se um novo momento para a administração da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal com o necessário impulso que um novo quadro introduz na nossa atividade. Quer no plano interno, quer no contexto internacional, os desafios continuam a ser imensos num mundo que se prepara para enfrentar uma nova ordem internacional. Em Portugal assistimos a mais um ciclo de eleições, neste caso quer para as autarquias locais quer para a Presidência da República. A articulação da nossa Instituição com os organismos do Estado ou com as instituições da sociedade civil desenvolveu-se nos moldes naturais de parceria ativa e de acrescentarmos valor às linhas de atuação, neste setor da Economia Social, apelidado de terceiro setor.

É que a Economia Social é mais do que o seu valor económico: as entidades da economia social, nomeadamente as Misericórdias, têm sido a primeira linha de resposta para diversos problemas sociais, aos quais o “primeiro” e “segundo” setores (público e privado) não conseguem responder.

A força da nossa Instituição aparece, assim, revigorada perante os desafios sociais e políticos que nos são, quotidianamente, colocados no cumprimento da nossa missão. Uma missão que assenta no exercício das sete Obras de Misericórdia corporais e nas sete Obras de Misericórdia espirituais.

A Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal apresenta-se, assim, com uma forte vontade de continuar a inovar num mundo que está cada vez mais digital. Contudo, temos uma certeza: - a inteligência artificial não conseguirá substituir a inteligência emocional, que, desde 1518, nos caracteriza.

O tempo e o modo continuam a justificar o nosso trabalho. Sejam dignos da confiança de quem precisa de nós.

Alcácer do Sal, 12 de março de 2026

**O Provedor**  
Manuel Francisco Fura Nunes Jorge

## **Relatório de Atividades de 2025**

Por determinação do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, vem a Mesa Administrativa apresentar à consideração da Assembleia Geral o RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025 E O PARECER DO CONSELHO FISCAL.

O presente relatório apresenta uma síntese das atividades desenvolvidas durante o ano de 2025 pela Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal (SCMAS), evidenciando as principais respostas sociais, resultados alcançados e desafios enfrentados.

A Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal assegura as respostas sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), integrando as residências Rainha D. Isabel, José Godinho Jacob e Emília Matos, com uma capacidade total de 129 residentes, bem como o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), com capacidade para 40 utentes. Ambas as respostas funcionam ao abrigo de Acordos de Cooperação estabelecidos com a Segurança Social.

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas constitui uma resposta social destinada ao alojamento, de carácter permanente ou temporário, de pessoas idosas que, por perda de autonomia física, cognitiva ou social, necessitam de apoio nas atividades da vida diária. A sua missão centra-se na promoção do bem-estar, da dignidade e da qualidade de vida dos residentes, assegurando cuidados individualizados num ambiente seguro, humanizado e adaptado às necessidades específicas de cada pessoa.

O ano de 2025 ficou marcado por um dos mais exigentes desafios estruturais enfrentados pela instituição: a acentuada escassez de recursos humanos, com particular incidência ao nível das cuidadoras e dos colaboradores de serviços gerais, verificando-se nesta última categoria uma elevada rotatividade. Esta realidade teve impacto direto na organização interna, na gestão das equipas e na estabilidade dos cuidados prestados, exigindo um esforço acrescido de planeamento, formação e reorganização de horários. A dificuldade no recrutamento de profissionais qualificados reflete um problema transversal ao setor social, que importa reconhecer e enfrentar de forma estratégica e sustentável.

Em consequência direta das dificuldades sentidas ao nível do recrutamento de cuidadores, não foi ainda possível proceder à abertura da totalidade das vagas extra acordo disponíveis. Apesar de existir capacidade física e procura por parte da comunidade, a insuficiência de recursos humanos tem condicionado a plena operacionalização dessas vagas, uma vez que a instituição mantém como princípio a qualidade e segurança dos cuidados prestados. Esta limitação evidencia, de forma clara,

a interdependência entre capacidade instalada e capacidade efetiva de resposta, fortemente condicionada pela disponibilidade de profissionais.

Paralelamente, 2025 assumiu-se como um ano de viragem institucional. Iniciámos um caminho de maior aproximação à comunidade, com o objetivo de dar visibilidade ao trabalho desenvolvido na ERPI, valorizar o papel essencial do cuidador e reforçar o reconhecimento social da missão da instituição. Pretende-se que este movimento contribua, numa primeira instância, para uma maior valorização por parte da comunidade local e, a médio e longo prazo, para um reconhecimento mais efetivo por parte das entidades governamentais quanto à complexidade, exigência e relevância social do trabalho desenvolvido.

### ➤ **Caracterização da população residente**

#### ✚ **Vagas permanentes**

No decurso de 2025, as três Estruturas Residenciais da Instituição registaram um total de 25 admissões de carácter permanente, distribuídas de forma praticamente equilibrada entre géneros: 13 do sexo feminino e 12 do sexo masculino, conforme evidenciado na Tabela 1.

**Tabela nº 1 – Admissões Permanentes em ERPI no ano de 2025**

<b>ERPI – Vaga em Acordo</b>	<b>Género Feminino</b>	<b>Género Masculino</b>	<b>Total de Admissões</b>
<i>Rainha D. Isabel</i>	6	3	9
<i>José Godinho Jacob</i>	1	3	4
<i>Emília Matos</i>	4	2	6
<b>ERPI- Vaga Extra Acordo (Privada)</b>			
<i>José Godinho Jacob</i>	2	4	6
<b>Total</b>	13	12	25

Importa salientar que, na residência José Godinho Jacob, das 10 admissões efetuadas, 6 corresponderam a vagas extra acordo, facto que assume particular relevância no enquadramento da gestão da capacidade instalada e da resposta às necessidades emergentes da comunidade.

#### ✚ **Vagas temporárias**

A residência José Godinho Jacob passou a dispor de uma nova realidade no que se refere às vagas disponíveis. Com a remodelação da residência, a capacidade aumentou em 33 novas vagas extra acordo, podendo estas ser ocupadas em regime permanente ou temporário.

A introdução destas vagas contribuiu de forma significativa para a sustentabilidade financeira da Instituição, ao permitir equilibrar a oferta entre vagas com acordo com a Segurança Social e vagas extra acordo. Nas vagas com acordo, parte do custo do residente continua a ser suportada pela Instituição, enquanto que nas vagas extra acordo (privadas) pretende-se que a mensalidade paga seja igual ou superior ao custo médio real por residente, garantindo a viabilidade da resposta social.

As vagas temporárias oferecem uma solução flexível para idosos que necessitam de cuidados de curta duração, permitindo o regresso ao domicílio após o período de permanência. Este modelo revela-se particularmente adequado para situações que exigem acompanhamento especializado por tempo limitado, seja devido a recuperação de saúde, apoio temporário à família ou necessidade de descanso do cuidador principal.

No ano de 2025 registaram-se 19 admissões em vagas extra acordo, das quais 13 correspondem a vagas temporárias e 6 a vagas permanentes (tabela nº 1). Para as vagas permanentes, a mensalidade foi fixada em 2.000,00 euros mensais, enquanto que nas vagas temporárias o valor diário praticado foi de 70,00 euros. As vagas temporárias revelaram elevada procura, com motivos de admissão diversificados, incluindo alta hospitalar sem retaguarda familiar suficiente, apoio temporário à família e situações de emergência social, evidenciando a relevância desta modalidade na resposta às necessidades emergentes da comunidade.

**Tabela nº 2 – Admissões Temporárias em ERPI no ano de 2025**

	<i>Admissões</i>	<i>Permanência</i>	<i>Motivo da admissão</i>
<i>José Godinho Jacob</i>	1	4 meses e 18 dias	Situação de emergência social
	1	2 meses e 17 dias	Situação de emergência social
	1	2 meses e 5 dias	Apoio temporário à família
	1	1 mês e 26 dias	Alta hospitalar sem retaguarda familiar suficiente
	1	1 mês e 10 dias	Alta hospitalar sem retaguarda familiar suficiente
	1	1 mês e 3 dias	Alta hospitalar sem retaguarda familiar suficiente
	1	24 dias	Alta hospitalar sem retaguarda familiar suficiente
	1	16 dias	Alta hospitalar sem retaguarda familiar suficiente
	1	9 dias	Apoio temporário à família
	1	4 dias	Apoio temporário à família
	1	4 dias	Apoio temporário à família
	1	4 dias	Apoio temporário à família
	1	3 dias	Alta hospitalar sem retaguarda familiar suficiente
	Nº total	Tempo médio	
13	1 mês e 6 dias		

Em contrapartida, ao longo de 2025 registaram-se 23 falecimentos nas três Estruturas Residenciais da Instituição. Destes, 6 ocorreram na residência José Godinho Jacob, sendo que 1 se verificou em vaga extra acordo.

A diferença entre o número de falecimentos e o número de admissões justifica-se, essencialmente, pelo aumento da capacidade instalada na residência José Godinho Jacob. Desde maio de 2024, esta residência passou a dispor de mais 33 vagas, o que permitiu ampliar a oferta e proceder a um maior número de admissões ao longo do ano, contribuindo para a consolidação da taxa de ocupação e para uma resposta mais alargada às necessidades identificadas na comunidade.

**Tabela nº 3 – Falecimentos em ERPI no ano de 2025**

<b>ERPI – Vaga em Acordo</b>	<i>Género Feminino</i>	<i>Género Masculino</i>	<i>Total de Falecimentos</i>
<i>Rainha D. Isabel</i>	9	6	15
<i>José Godinho Jacob</i>	1	4	5
<i>Emília Matos</i>	2	0	2
<b>ERPI- Vaga Extra Acordo (Privada)</b>			
<i>José Godinho Jacob</i>	1	0	1
<i>Total</i>	13	10	23

Ao longo de 2025 registaram-se 19 saídas. Destas, 13 correspondem a residentes que regressaram ao seu domicílio após ocupação de vaga temporária.

Relativamente às restantes 6 saídas, 3 ocorreram ao abrigo de vagas hospitalares, cuja permanência máxima na ERPI é de seis meses; 1 correspondeu a regresso ao domicílio; 1 resultou de internamento hospitalar prolongado e 1 referiu-se à transição de residente para vaga extra acordo.

**Tabela nº 4 – Saídas em ERPI no ano de 2025**

<b>ERPI – Vaga em Acordo</b>	<i>Género Feminino</i>	<i>Género Masculino</i>	<i>Total de Saídas</i>
<i>Rainha D. Isabel</i>	1	0	1
<i>José Godinho Jacob</i>	2	3	5
<i>Emília Matos</i>	0	0	0
<b>ERPI- Vaga Extra Acordo (Privada)</b>			
<i>José Godinho Jacob</i>	10	3	13
<i>Total</i>	13	3	19

A ERPI contempla, a título excecional e mediante fundamentação técnica devidamente sustentada, a admissão de pessoas adultas com idade inferior a 65 anos, sempre que a sua situação clínica, funcional ou social o justifique e desde que a resposta social se revele a mais adequada.

No que respeita à caracterização etária dos residentes, verifica-se que o grupo compreendido entre os 85 e os 94 anos constitui a faixa predominante, situando-se a idade média nos 86 anos. Destaca-se ainda que 45 residentes têm idade igual ou superior a 90 anos, o que evidencia um perfil populacional marcadamente envelhecido e com elevado grau de vulnerabilidade e dependência.

Assinala-se igualmente a predominância do género feminino, realidade consistente com os dados demográficos nacionais relativos à maior longevidade das mulheres.

**Tabela nº 5 – Distribuição dos Residentes por intervalos de anos de idade**

Género	55 a 60	61 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 a 84	85 a 89	90 a 94	95 a 99	100 a 104
Feminino	0	0	1	3	5	18	30	25	9	1
Masculino	2	0	1	5	8	10	8	5	5	0
Total	2	0	2	8	13	28	38	30	14	1

No que respeita ao tempo de permanência na ERPI, verifica-se que a maioria dos residentes se encontra institucionalizada há um período compreendido entre 1 e 3 anos, correspondendo a um total de 43 residentes. Segue-se o grupo de residentes com permanência inferior a 1 ano, que totaliza 24 casos.

Assinala-se igualmente a existência de 10 residentes com um tempo de permanência igual ou superior a 10 anos, evidenciando situações de institucionalização de longa duração.

Importa ressaltar que, com a implementação de vagas temporárias, é expectável uma redução do tempo médio de permanência face aos anos anteriores, dado o aumento da rotatividade associada a estadias de carácter transitório.

**Tabela nº 6 – Tempo de permanência em ERPI**

Intervalo de Anos	ERPI Rainha D. Isabel		ERPI José Godinho Jacob		ERPI Emília Matos		Total
	Género Feminino	Género Masculino	Género Feminino	Género Masculino	Género Feminino	Género Masculino	
Menos de 1 ano	6	3	12	10	4	2	37
1 a 3 anos	20	8	9	2	4	0	43
4 a 6 anos	10	3	4	0	2	1	20
7 a 9 anos	2	3	1	0	3	1	10
10 a 12 anos	2	0	0	0	3	0	5
13 ou mais anos	2	0	1	1	1	0	5

## ➤ Dinâmica Funcional

A SCMAS orgulha-se de ser uma Instituição transparente, com o compromisso de prestar cuidados de excelência, sempre atentos aos interesses, preferências e necessidades individuais de cada residente.

No ano de 2025, a ERPI registou uma procura significativa, contabilizando um total de 75 inscrições, permanecendo 135 candidatos em lista de espera, refletindo a relevância da Instituição na comunidade e a confiança depositada pelas famílias.

Mais uma vez, a SCMAS dedicou-se a reforçar a relação entre residentes, famílias e Instituição, promovendo a participação ativa dos familiares na vida dos residentes. Nesse sentido, foram incentivadas visitas e saídas, tendo sido registadas nas três ERPI's um total de 2.738 visitas, mais 135 que no ano anterior, correspondendo a uma média de 7 visitas diárias. Também se verificou um elevado número de saídas dos residentes, totalizando 958 ao longo do ano, evidenciando a dinâmica de integração e autonomia promovida pela Instituição.

A participação da família no processo de Planos Individuais de Cuidados (PIC's) tem sido central, em conformidade com a legislação em vigor. Com a autorização do residente, o familiar ou representante legal tem acesso ao PIC caso o residente não possua autonomia, o familiar ou representante legal assina obrigatoriamente o documento.

Os Planos Individuais de Cuidados (PIC's) continuam a ser reavaliados a cada seis meses, com a participação ativa da equipa técnica multidisciplinar, permitindo identificar necessidades específicas e definir objetivos por meio de estratégias individualizadas. Estes planos constituem ferramentas fundamentais para técnicos e cuidadoras, garantindo a qualidade, coerência e continuidade dos cuidados prestados. Nesse contexto, mantiveram-se as reuniões mensais de PIC's, assim como as reuniões da equipa técnica e da metodologia Humanidade, totalizando 43 reuniões ao longo do ano. Estas reuniões permitiram discutir temas estratégicos, avaliar práticas e implementar melhorias contínuas na prestação de cuidados.

A implementação da Metodologia de Cuidado Humanidade prossegue de forma estruturada, abrangendo componentes teóricas e práticas, em contexto direto de prestação de cuidados. Esta formação envolve cuidadores, equipa técnica, restantes colaboradores e Mesa Administrativa, demonstrando eficácia na prevenção e redução de comportamentos de agitação em pessoas com demência, na aceitação do cuidado e no fortalecimento da autonomia e independência dos residentes.

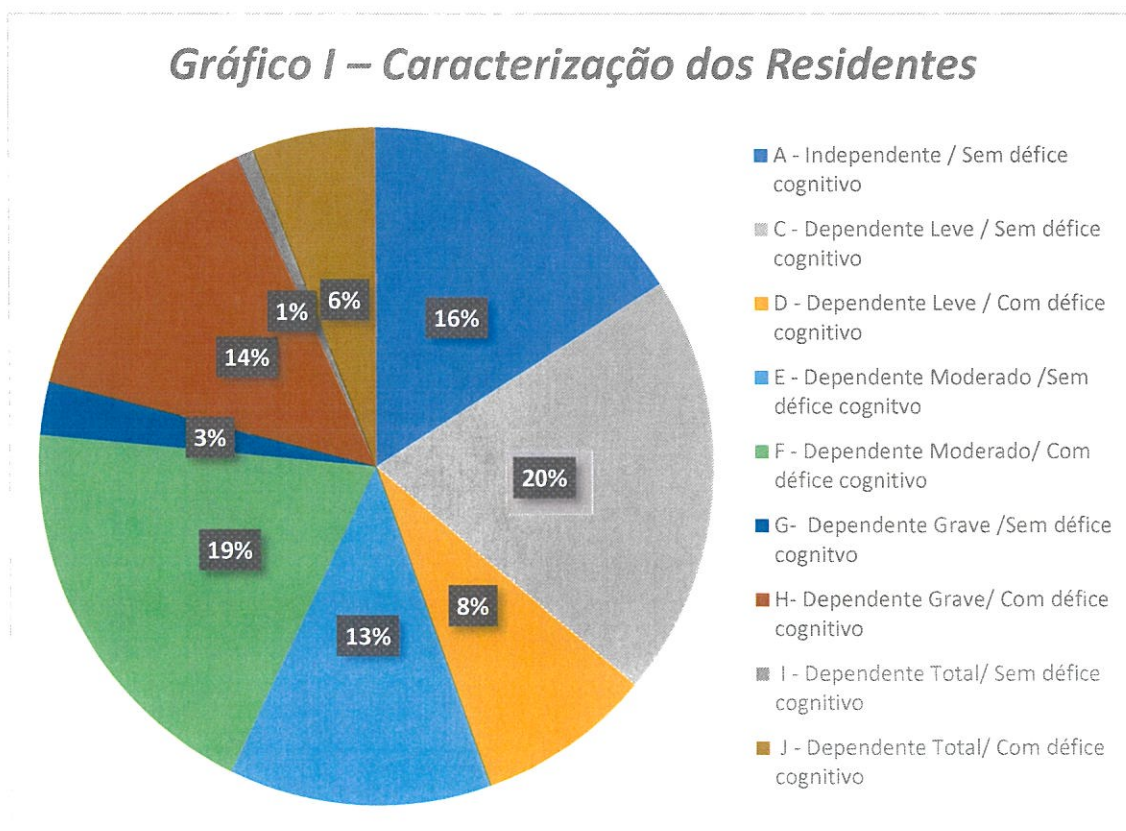
Os resultados da Humanidade refletem-se num ambiente mais harmonioso durante os cuidados, contribuindo positivamente para a saúde e bem-estar dos cuidadores, bem como para a satisfação e realização profissional de todos os envolvidos.

Paralelamente, continuam a decorrer formações internas e externas para colaboradores, bem como reuniões de grupos de apoio e trabalho, com o objetivo de identificar necessidades, fragilidades e oportunidades de melhoria, abrangendo desde os cuidados diretos até à organização e logística dos espaços físicos, promovendo soluções que reforcem a qualidade global da resposta social prestada.

Em suma, o ano de 2025 consolidou o compromisso da SCMAS com a excelência nos cuidados prestados, reforçando a proximidade com os residentes e suas famílias, promovendo a valorização dos profissionais e implementando soluções inovadoras, como as vagas temporárias e a metodologia Humanidade. Apesar dos desafios estruturais e da escassez de recursos humanos, a Instituição demonstrou resiliência, adaptabilidade e foco contínuo na melhoria da qualidade de vida dos seus residentes, reafirmando-se como uma referência de resposta social no concelho.

### Intervenção Multidisciplinar

Com o intuito de tornar a intervenção e as atividades mais direcionadas às necessidades individuais de cada residente elaborou-se uma caracterização, recorreu-se à escala de BARTHEL, que mede o grau de dependência e independência nas atividades de vida diária e o MINI MENTAL STATE EXAMINATION, que avalia as funções cognitivas. Através da combinação destas duas variáveis, os residentes foram agrupados em 10 grupos.



Esta distribuição evidencia que a maioria dos residentes se encontra em níveis de dependência leve e moderada, mantendo-se ainda uma percentagem significativa de pessoas independentes e sem déficit cognitivo. Os casos de dependência total representam uma minoria.

Um dado particularmente relevante: não existem residentes classificados como independentes com déficit cognitivo. Esta ausência pode indicar que, sempre que está presente compromisso cognitivo, este já se encontra associado a algum grau de dependência funcional. Tal realidade evidencia a forte relação entre declínio cognitivo e necessidade de apoio nas atividades de vida diária, reforçando a importância da intervenção preventiva e da estimulação contínua.

A valorização da relação através do olhar, da palavra, do toque e da verticalidade promove uma abordagem centrada na pessoa, reforçando a dignidade, o respeito e a individualidade de cada residente. Esta filosofia privilegia o “fazer com” em detrimento do “fazer por”, incentivando a manutenção das capacidades remanescentes e estimulando a autonomia nas atividades de vida diária. Para auxiliar este trabalho, é desenvolvida uma prescrição de cuidados para todos os residentes que contém informação sobre as suas capacidades e objetivos a alcançar. O trabalho de estimulação funcional e cognitiva através das atividades e dinâmicas realizadas diariamente tem igualmente um papel determinante na manutenção dos níveis de independência e na prevenção do agravamento do estado funcional e cognitivo.

Assim, os dados apresentados podem ser interpretados à luz do investimento feito na qualificação da equipa e na consolidação de práticas humanizadas, refletindo um cuidado mais atento, individualizado e promotor de qualidade de vida. A continuidade deste trabalho será fundamental para sustentar os resultados alcançados e aprofundar a cultura de Humanidade na instituição.

Durante o ano de 2025, as atividades desenvolvidas tiveram como principal objetivo responder às necessidades individuais de cada residente, promovendo a sua participação ativa, bem como a manutenção e desenvolvimento das competências psicomotoras.

**Tabela nº 7 – Atividades desenvolvidas e seu alcance**

Atividades 2025	Publico elegível	Nº total de sessões	Nº de residentes participantes	Nº total de participações
<b>Atividades físicas</b> (Sessões de Movimento, Danças, Boccia, caminhadas, Atividade Motora)	Todos os grupos	189	342	1582
<b>Musicoterapia</b> (canto terapêutico, Música tradicional, Música relaxamento, escuta Musical)	Todos os grupos	11	112	180
<b>Estimulação sensorial</b> (Ativ. Sensoriais, Jardinagem culinária)	Todos os grupos	114	132	337
<b>Estimulação cognitiva</b> (Bingo, Caderno de atividades Atividade de reminiscência, Wii, dominó)	Todos os grupos	195	129	1665
<b>Arte terapia</b> (Pintura, recorte, rendas, malhas, costura, bordados, estampagem, moldagem...)	Todos os grupos	32	60	150
<b>Socialização</b> (cinema, datas comemorativas/festividades da ERPI /festividades do município/ outras instituições	Todos os grupos	71	332	365
<b>Promoção da marcha e verticalidade</b>	Todos os grupos	diariamente	diariamente	diariamente
<b>Atividades no exterior</b> (Passeios pela comunidade, missa exterior, passeios na marina, regresso às origens, lanche Arapouco, acompanhamento de compras )	Todos os grupos	81	88	365
<b>Sala de SNOZELEN</b>	Todos os grupos	19	7	43
<b>Avaliação funcional</b>	Todos os grupos	198	124	198
<b>Cinema</b>	Todos os grupos	5	43	65
<b>Gerontopsicomotricidade</b>	Todos os grupos	208	94	1820

## Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

Ao longo do ano de 2025, foram admitidos 17 utentes no Serviço de Apoio Domiciliário, dos quais 5 iniciaram a resposta social nesse mesmo ano e vieram igualmente a cessar o serviço.

Relativamente à caracterização por género, foram admitidas 12 utentes do sexo feminino e 5 utentes do sexo masculino.

No que respeita ao número de serviços contratualizados:

- 1 utente solicitou 5 serviços;
- 3 utentes solicitaram 4 serviços;
- 3 utentes solicitaram 3 serviços;
- 10 utentes solicitaram 2 serviços.

Os serviços mais procurados foram alimentação, cuidados de higiene e conforto pessoal, sendo que 8 utentes beneficiaram deste serviço duas vezes por dia (manhã e tarde).

Registou-se a saída de 16 utentes desta resposta social, pelos seguintes motivos:

- 5 utentes integraram a ERPI da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, sendo três em vaga com acordo da Segurança Social e dois em vaga privada;
- 3 utentes integraram outras ERPI's;
- 1 utente faleceu;
- 1 utente integrou a Rede de Unidade de Cuidados Paliativos;
- 2 utentes passaram a integrar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI);
- 1 utente integrou o Centro de Dia das AURPICAS;
- 2 utentes tiveram internamento no Hospital do Litoral Alentejano, sendo que um deixou posteriormente de necessitar do Serviço de Apoio Domiciliário e o outro veio a falecer;
- 1 utente melhorou a sua condição física, deixando de necessitar de apoio domiciliário.

Estes dados evidenciam a dinâmica da resposta social ao longo do ano, marcada por novas admissões, reajustes nas necessidades dos utentes e diferentes encaminhamentos para respostas mais adequadas à evolução das suas condições de saúde e autonomia.

**Tabela nº 8 – Serviços prestados**

Género	Alimentação	Higiene Pessoal	Higiene Habitacional	Tratamento de Roupa	Apoio na Medicação	Acompanhamento a consultas	Reparação no Domicílio
Feminino	25	11	18	9	11	2	1
Masculino	9	0	6	6	1	1	0
Total	34* <sup>1</sup>	11* <sup>2</sup>	24	15	12	3	1

\*<sup>1</sup> dos 34 utentes com o pequeno-almoço e almoço, 21 tem almoço e jantar.

\*<sup>2</sup> dos 12 utentes com higiene pessoal, 6 utente tem higiene 2 vezes por dia.

Ao longo do ano, o Serviço de Apoio Domiciliário promoveu diversas atividades com o objetivo de fomentar a socialização e o convívio entre os seus utentes, reforçando o bem-estar e o sentimento de pertença à Instituição.

No âmbito destas iniciativas, registou-se a seguinte participação:

- **Lanche/Caracóis (maio):** 8 utentes
- **Lanche/Caracóis (junho):** 14 utentes
- **Arraiais (três momentos distintos):** 13 utentes; 8 utentes; 6 utentes
- **Corrida de Toiros (junho):** 5 utentes
- **Corrida de Toiros (outubro):** 4 utentes
- **Passeio ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima:** 3 utentes
- **Festa de São Martinho:** 8 utentes
- **Festa de Natal:** 13 utentes

Para além destas atividades, a equipa do Serviço de Apoio Domiciliário promoveu ainda um almoço-convívio entre utentes e cuidadoras, no qual participaram 10 pessoas, fortalecendo laços e promovendo momentos de partilha e proximidade.

Considerando o impacto positivo destas iniciativas, um dos grandes objetivos para 2026 passa por dar continuidade e reforçar esta dinâmica de interação, através de atividades dinamizadas pela animadora sociocultural, tanto dentro como fora da Instituição, potenciando assim a inclusão, o convívio e a qualidade de vida dos utentes.

#### ❖ Financiamento

As duas respostas sociais desenvolvidas pela SCMAS, Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário, possuem Acordos de Cooperação com a Segurança Social.

As vagas reservadas são aquelas cuja ocupação em ERPI é efetuada por indicação dos serviços competentes da Segurança Social e que são mantidas durante dois meses, podendo ser preenchidas pela Santa Casa no final desse período.

**Tabela nº 9 – Tipologia das Vagas**

<i>Resposta Social</i>	<i>Capacidade</i>	<i>Vagas em Acordo</i>	<i>Vagas em Acordo Reservadas</i>	<i>Vagas Sem Acordo</i>
<i>Rainha D. Isabel</i>	60	60	6	0
<i>José Godinho Jacob</i>	48	15	0	33
<i>Emília Matos</i>	21	21	2	0
<i>SAD</i>	40	40	0	0

Nas vagas em acordo, os residentes e ou famílias pagam pelo serviço prestado uma comparticipação familiar em função dos seus rendimentos.

Nas vagas privadas (vagas sem acordo) em 2025 foi estabelecido um valor de mensalidade de 2.000,00 Euros para vagas permanentes e de 70,00 Euros por dia nas vagas temporárias.

No ano de 2025, em ERPI, o valor médio de comparticipação familiar por residente nas vagas em acordo foi de 1.021,15 euros. A Segurança Social comparticipou cada residente em 698,85 euros.

O custo médio mensal por residente em 2025 incluindo amortizações foi de 2.338,58 euros, se retirarmos as amortizações o custo foi de 2.189,53 euros.

O custo mensal suportado pela SCMAS por cada residente foi de 595,25 euros incluindo as amortizações e de 557,31 euros retirando esse custo.

As ERPI's apresentaram um prejuízo de 549.550 euros.

## **Outras Atividades**

### **Farmácia**

Regista um resultado líquido de 225.499,57 €, ligeiramente inferior ao obtido no ano anterior, mantendo-se, ainda assim, significativamente acima da média do setor em que se insere. Este resultado é consequência do reforço da equipa efetuado em meados do ano anterior e o tímido aumento de volume de vendas.

### **Prédios Rústicos**

A produção de pinha foi mais uma vez muito baixa não se prevendo alteração desta realidade nos próximos anos. Mantiveram-se os trabalhos de melhoria dos povoamentos, através da limpeza de matos, desbastes e desramações. Durante do ano decorreram negociações com os rendeiros que terminavam os seus contratos, em todos os casos foram encontradas plataformas de entendimento para elaborar novos contratos onde foram atingidos valores de renda em harmonia com o mercado.

### **Prédios Urbanos e Praça de Touros**

Foi efetuada a manutenção mínima de forma a conservar e dar resposta aos inquilinos nos prédios urbanos. No que diz respeito à praça de touros foram efetuadas manutenções pontuais inadiáveis nas habitações. Está em vigor o contrato de comodato com o município de Alcácer do Sal.

## **Factos subsequentes**

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2025.

## **Perspetivas futuras**

O ano de 2026 será fortemente condicionado por acontecimentos recentes com impacto direto na atividade da Instituição. Destaca-se a inundação que afetou o concelho de Alcácer do Sal, a qual provocou danos significativos, nomeadamente a destrui o das instala es da farmácia e prejuízos em diversos prédios urbanos. Este evento terá repercussões relevantes ao nível operacional e financeiro, exigindo um esforço acrescido na recupera o de infraestruturas e na reposi o da normalidade dos serviços.

Paralelamente, subsistem incertezas associadas ao contexto internacional, em particular o agravamento das tensões geopolíticas no Médio Oriente. Este cenário poderá desencadear efeitos adversos   escala global, nomeadamente ao nível da infla o e do aumento generalizado dos custos, com impacto direto nos encargos da Institui o, sobretudo em áreas como energia, bens essenciais e serviços.

Neste enquadramento, a sustentabilidade da Institui o nos próximos anos dependerá, em larga medida, do reforço das receitas provenientes das respostas sociais. Torna-se essencial uma atualiza o das comparticipa es da Segurança Social, que não têm acompanhado o crescimento das despesas, em especial os custos com recursos humanos, fortemente pressionados pela evolu o salarial. Adicionalmente, poderá ser necessário proceder a um ajustamento das comparticipa es familiares. Na ausência de medidas que reforcem a receita, e mantendo-se a tendência de aumento dos custos, a Institui o poderá enfrentar constrangimentos que afetem gradualmente a qualidade dos serviços prestados, ainda que a sustentabilidade financeira tenha de permanecer como prioridade estratégica.

Mant m-se igualmente uma preocupa o crescente com o setor florestal, num contexto marcado pelas altera es climáticas. Apesar do aumento significativo da precipita o verificado nos últimos dois anos, a tendência global aponta para o agravamento de fen menos extremos, como períodos prolongados de seca e temperaturas m dias mais elevadas, conforme indicado por diversos organismos internacionais. Estes fatores estão já a condicionar de forma significativa a produ o de pinha e cortiça, com impactos diretos na viabilidade econ mica deste setor e nas atividades que dele dependem.

Por fim, a reabilitação do património urbano continuará a ser uma área prioritária de intervenção. Estão previstas ações de recuperação de edifícios já identificados, a par do desenvolvimento de novos projetos atualmente em fase de estudo, com o objetivo de garantir melhores condições de utilização, segurança e valorização do património da Instituição.

## **Atividade Económica**

Em 2025, a Instituição apresentou uma **evolução global positiva da sua atividade**, com as **vendas e prestações de serviços a atingirem 4,57 milhões de euros**, registando um ligeiro crescimento face ao ano anterior.

Os **custos com recursos humanos ascenderam a 2,49 milhões de euros**, evidenciando um aumento de cerca de 8,5%, refletindo essencialmente a atualização salarial e o aumento dos encargos sociais, mantendo-se, no entanto, estável o número de colaboradores.

Destacam-se como principais alterações:

- Redução significativa das receitas provenientes de ativos biológicos;
- Crescimento relevante dos outros rendimentos, nomeadamente rendas e ganhos extraordinários;
- Controlo dos fornecimentos e serviços externos.

A **atividade financeira registou uma melhoria**, com redução dos encargos com juros e ligeiro aumento dos rendimentos financeiros.

## **Atividade Financeira**

A **atividade financeira registou uma melhoria**, com redução dos encargos com juros e ligeiro aumento dos rendimentos financeiros.

Ao nível da posição financeira, verificou-se:

- **Reforço das disponibilidades**, que aumentaram para 1,43 milhões de euros;
- **Redução do endividamento bancário**;
- **Aumento dos fundos patrimoniais**, suportado por um resultado líquido positivo de 275 mil euros.

Em síntese, a Instituição apresenta uma **situação económico-financeira estável e equilibrada**, ainda que dependente da capacidade das áreas geradoras de receita para compensar os resultados estruturalmente deficitários das respostas sociais.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que os resultados líquidos no valor de **275.107,24 Euros** sejam transferidos para **Reservas Estatutárias**.

Alcácer do Sal, 13 de março de 2026

### **A MESA ADMINISTRATIVA**

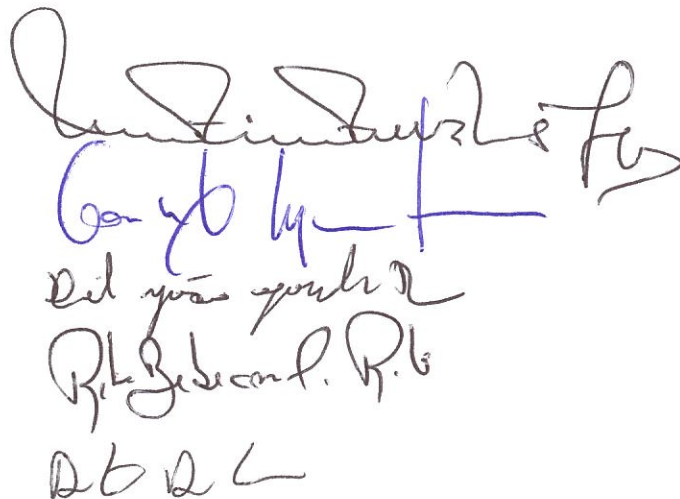
Manuel Francisco Fura Nunes Jorge

Gonçalo Pereira Lynce de Faria

David João Gonçalves Perna

Rita Bebiana Cabral Rito

António Dias Lince



Handwritten signatures in blue ink, corresponding to the names listed above. The signatures are: Manuel Francisco Fura Nunes Jorge, Gonçalo Pereira Lynce de Faria, David João Gonçalves Perna, Rita Bebiana Cabral Rito, and António Dias Lince.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

**BALANÇO**  
Dezembro 2025

*Rib*  
*A*  
*Colman*

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	<b>5</b>	13.178.127,91	13.385.397,11
Ativos biológicos	<b>7</b>	505.913,40	505.913,40
Outros investimentos financeiros	<b>19</b>	20.844,45	20.982,45
		13.704.885,76	13.912.292,96
<b>Ativo corrente:</b>			
Inventários	<b>8</b>	225.769,82	231.725,36
Créditos a receber	<b>9</b>	39.834,26	23.437,67
Estado e outros entes públicos	<b>10</b>	7.047,92	3.662,94
Outros activos correntes	<b>11</b>	118.211,98	148.013,55
Diferimentos	<b>12</b>	9.121,21	8.411,68
Caixa e depósitos bancários	<b>13</b>	1.434.872,76	1.073.338,73
		1.834.857,95	1.488.589,93
<b>Total do Ativo</b>		<b>15.539.743,71</b>	<b>15.400.882,89</b>

**BALANÇO**  
Dezembro 2025

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais:</b>			
Fundos	20	6.034.992,02	6.034.992,02
Outras reservas	20	5.825.816,42	5.746.705,31
Resultados transitados	20	426.619,70	434.457,14
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	20	1.951.911,37	2.022.181,29
		14.239.339,51	14.238.335,76
Resultado líquido do período	20	275.107,24	79.111,11
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>14.514.446,75</b>	<b>14.317.446,87</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	16	230.719,00	346.078,48
		230.719,00	346.078,48
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17	105.427,73	114.338,58
Estado e outros entes públicos	10	63.301,64	58.842,89
Financiamentos obtidos	16	115.359,48	115.359,48
Diferimentos	12	14.614,17	17.941,94
Outros passivos correntes	18	495.874,94	430.874,65
		794.577,96	737.357,54
<b>Total do passivo</b>		<b>1.025.296,96</b>	<b>1.083.436,02</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>15.539.743,71</b>	<b>15.400.882,89</b>

*Luís António de Fátima*  
*Dil. para parte 1*  
 A Mesa Administrativa: *Carvalho*  
*R. Gomes PQ, b*  
 O Contabilista certificado: *Manoel António*  
*D. D. L.*

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

dez-25

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2025	2024
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	22	4.565.010,84	4.483.732,14
Subsídios, doações e legados à exploração	23	75.572,91	74.445,75
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(1.833.596,64)	(1.739.894,55)
Fornecimentos e serviços externos	24	(595.905,68)	(686.631,97)
Gastos com o pessoal	25	(2.489.751,24)	(2.294.916,22)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	8.407,07	2.553,70
Outros rendimentos	26	883.433,93	588.826,82
Outros gastos	27	(80.129,78)	(75.153,51)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		533.041,41	352.962,16
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(265.318,95)	(266.980,01)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		267.722,46	85.982,15
Juros e rendimentos similares obtidos	28	19.363,10	18.599,98
Juros e gastos similares suportados	29	(11.978,32)	(25.471,02)
<b>Resultado antes de impostos</b>		275.107,24	79.111,11
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>275.107,24</b>	<b>79.111,11</b>

A Mesa Administrativa:   
  
O Contabilista certificado:

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Excelentíssimos Irmãos,

Em cumprimento do disposto nas alíneas a) e c) do número um do artigo trigésimo primeiro do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia, reunido hoje, apreciou o Relatório de Atividades, Balanço e Demonstração de Resultados relativo ao exercício de dois mil e vinte e cinco, de forma a permitir apresentar à Assembleia Geral o seu parecer constante da seguinte proposta: -

### **=PARECER=**

Primeiro: Que sejam aprovados o Relatório de Atividades e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, relativos ao exercício de dois mil e vinte e cinco. -----

Segundo: que ao Resultado Líquido do exercício seja dada a aplicação que a Mesa Administrativa propõe. -----

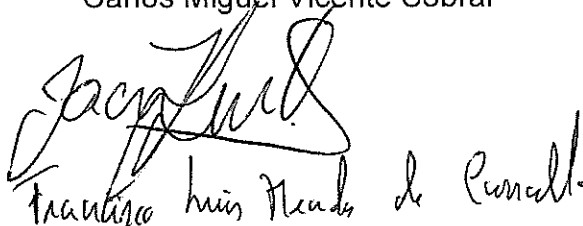
Alcácer do Sal, 19 de março de 2026

O Conselho Fiscal

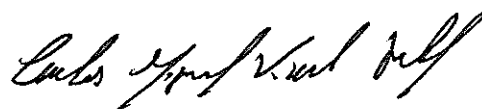
Jacinto Manuel Jordão Rodrigues Santos

Francisco Luís Mendes de Carvalho

Carlos Miguel Vicente Sobral



Francisco Luís Mendes de Carvalho



Carlos Miguel Vicente Sobral

# SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

Exercício de 2025

## 1 - IDENTIFICAÇÃO

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL é uma instituição particular de solidariedade social, sediada no Olival do Coronel, em Alcácer do Sal, tendo sido constituída em 1530, tendo como objeto principal a Economia Social, nos termos da respectiva Lei de Bases e natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, as atividades de apoio social para pessoas idosas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Instituição opera, logo a moeda funcional.

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a que as mesmas reflitam fidedignamente as operações da Instituição, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

## 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Referencial contabilístico

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI)

As políticas e as estimativas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados, não tendo sido derrogadas quaisquer disposições da norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2024.

### **3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

#### **3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

##### **3.1.1 - Imparidade de ativos**

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

##### **3.1.2 - Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende o seu preço de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registradas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registrados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registrados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registradas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### **3.1.3 - Ativos intangíveis**

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são registrados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

#### **3.1.4 - Ativos biológicos**

Os ativos biológicos são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Nas situações em que não é possível este tratamento, os mesmos são valorizados ao custo depreciado. Os ativos biológicos (consumíveis ou de produção) são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. A quantia escriturada na data da colheita, constitui o valor a registar em inventários.

#### **3.1.5 - Instrumentos financeiros**

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

#### **3.1.6 - Outras contas a receber**

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

#### **3.1.7 - Inventários**

Os Inventários são valorizados ao seu custo histórico. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Os inventários relativos aos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e os produtos agrícolas na altura das colheitas são tratados pelo disposto na NCRF 17.

#### **3.1.8 - Estado e outros entes públicos**

De acordo com a alínea b), n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas

Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

A Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, por despacho de 23/05/1989 do Ex.mo Senhor Subdiretor-Geral das Contribuições e Impostos, viu reconhecida a isenção de IRC para os rendimentos das Categorias C, E, F e G.

### **3.1.9 - Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

#### **3.1.10 - Provisões**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os montantes das provisões são revistos na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações

financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### **3.1.11 - Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos**

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

#### **3.1.12 - Vendas de bens**

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

#### **3.1.13 - Prestação de serviços**

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado.

O rédito proveniente das quotizações é considerado como prestação de serviços.

### **3.1.14 - Juros, royalties e dividendos**

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando: seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Instituição;

### **3.1.15 - Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### **3.1.16 - Gastos com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os gastos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

## **3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa.

### 3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

### 4 - Fluxos de caixa

O caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Rubrica	2025	2024
Caixa	16.123,57	15.773,84
Depósitos à ordem	468.749,19	407.564,89
Outros depósitos bancários	950.000,00	650.000,00
Outros instrumentos financeiros		
<b>TOTAL</b>	<b>1.434.872,76</b>	<b>1.073.338,73</b>

### 5 - Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2025 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Classe de ativos \ Valores apurados	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos tangíveis em curso	TOTAL
<b>Início do período</b>								
Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.216.278,79	1.695.788,12	181.936,45	238.335,50	102.680,97	2.805.307,64	18.917.973,96
Depreciação acumulada + perdas por imparidade		(3.363.309,47)	(1.528.653,40)	(161.026,18)	(236.646,63)	(102.680,97)		(5.392.316,65)
Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	4.852.969,32	167.134,72	20.910,27	1.688,87	0,00	2.805.307,64	13.525.657,31
Aquisições			90.534,19	23.255,88	4.508,93		8.420,81	126.719,81
Alienações								
Depreciações do período		(203.402,35)	(47.483,15)	(14.785,69)	(1.308,82)			(266.980,01)
Outras alterações		2.709.151,97					-2.709.151,97	
Valor bruto escriturado	5.677.646,49	10.925.430,76	1.786.322,31	205.192,33	242.844,43	102.680,97	104.576,48	19.044.693,77
Depreciação acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)		(3.566.711,82)	(1.576.136,55)	(175.811,87)	(237.955,45)	(102.680,97)		(5.659.296,66)
Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	7.358.718,94	210.185,76	29.380,46	4.888,98	0,00	104.576,48	13.385.397,11
<b>Fim do período</b>								

2024

Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos tangíveis em curso	TOTAL
Início do período	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	10.925.430,76	1.786.322,31	205.192,33	242.844,43	102.680,97	104.576,48	19.044.693,77
	Depreciação acumulada + perdas por imparidade		(3.566.711,82)	(1.576.136,55)	(175.811,87)	(237.955,45)	(102.680,97)		(5.659.296,66)
Período	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	7.358.718,94	210.185,76	29.380,46	4.888,98	0,00	104.576,48	13.385.397,11
	Aquisições			56.036,12	45.978,33		2.153,55		104.168,00
	Alienações		(46.118,25)						(46.118,25)
	Depreciações do período		(202.298,95)	(44.188,56)	(16.950,66)	(1.432,12)	(448,66)		(265.318,95)
	Outras alterações								
Fim do período	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	10.870.260,76	1.842.358,43	251.170,66	242.844,43	104.834,52	104.576,48	19.093.691,77
	Depreciação acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)		(3.759.959,02)	(1.620.325,11)	(192.762,53)	(239.387,57)	(103.129,63)		(5.915.563,86)
	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	7.110.301,74	222.033,32	58.408,13	3.456,86	1.704,89	104.576,48	13.178.127,91

2025

## 6 - Ativos intangíveis

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi o seguinte:

Classe de activos \ Valores apurados		Programas de computador
Início do período	Valor bruto escriturado	8.906,56
	Amortização acumulada + perdas por imparidade	-8.906,56
	Quantia líquida escriturada	0,00
Período	Aquisições	
	Alienações	
	Amortizações do período	
	Perdas por imparidade	
	Revalorizações	
	Outras alterações	
Fim do período	Valor bruto escriturado	8.906,56
	Amortização acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)	-8.906,56
	Quantia líquida escriturada	0,00

## 7 - Ativos biológicos

Dada a uma das valências da SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL, a Agricultura, os ativos biológicos decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	2025	2024
<u>De Produção</u>		
- Plantações de pinhal manso	477.183,40	477.183,40
- Plantações de pinhal bravo	28.730,00	28.730,00
<b>TOTAL</b>	<b>505.913,40</b>	<b>505.913,40</b>

## 8 - Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, os inventários têm a seguinte composição:

Descrição	2025				2024			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	181.225,05	1.297.385,13	-571,87	186.006,08	163.259,16	1.247.698,84	-2.427,59	181.225,05
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	50.500,31	530.827,84		39.763,74	70.461,75	492.627,75		50.500,31
<b>Subtotal</b>	<b>231.725,36</b>	<b>1.828.212,97</b>	<b>-571,87</b>	<b>225.769,82</b>	<b>233.720,91</b>	<b>1.740.326,59</b>	<b>-2.427,59</b>	<b>231.725,36</b>
<b>Total</b>	<b>231.725,36</b>	<b>1.828.212,97</b>	<b>-571,87</b>	<b>225.769,82</b>	<b>233.720,91</b>	<b>1.740.326,59</b>	<b>-2.427,59</b>	<b>231.725,36</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1.833.596,64				1.739.894,55

As “Mercadorias” destinam-se a ser comercializadas na farmácia da Instituição.

As “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” destinam-se a ser consumidas nos Lares José Godinho Jacob, Emília Matos, Rainha Santa Isabel e Valência Apoio Domiciliário.

Os “Ativos biológicos”, conforme mencionado na nota 7 do presente Anexo, referem-se a plantações de pinhal manso e bravo.

### Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor de inventários reconhecido como um gasto durante o período foi de 1.833.596,64 €.

## 9 - Clientes

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	31-12-2025			31-12-2024		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes conta corrente	10.572,80		10.572,80	94,87		94,87
Utentes conta Corrente	29.261,46		29.261,46	23.342,80		23.342,80
Clientes e utentes cobrança duvidosa	84.474,15	(84.474,15)	0,00	92.881,22	(92.881,22)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>124.308,41</b>	<b>(84.474,15)</b>	<b>39.834,26</b>	<b>116.318,89</b>	<b>(92.881,22)</b>	<b>23.437,67</b>

A rubrica de “Clientes e utentes cobrança duvidosa” contempla as dívidas em mora de 6 até 12 meses, de 12 até 18 meses, de 18 até 24 meses e há mais de 24 meses.

## 10 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estado e outros entes públicos	31-12-2025	31-12-2024
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rendimento		0,93
Imposto sobre o valor acrescentado	7.047,92	3.662,01
<b>TOTAL</b>	<b>7.047,92</b>	<b>3.662,94</b>
<b>Passivo</b>		
Retenção de imposto sobre o rendimento	9.382,10	7.404,47
Imposto sobre o valor acrescentado	8.771,64	5.770,99
Contribuições para a Segurança Social	45.147,90	45.667,43
<b>TOTAL</b>	<b>63.301,64</b>	<b>58.842,89</b>

A Instituição tem cumprido as suas obrigações fiscais com regularidade.

## 11 - Outras contas a receber - correntes

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica outras contas a receber decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a receber correntes	31-12-2025			31-12-2024		
	Valor bruto	Imparidad e acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidad e acumulada	Valor líquido
Devedores por acréscimos de rendimentos	103.227,57		103.227,57	102.285,60		102.285,60
Outros devedores	14.984,41		14.984,41	44.970,41		44.970,41
Pessoal				757,54		757,54
Fornecedores c/c						
<b>TOTAL</b>	<b>118.211,98</b>		<b>118.211,98</b>	<b>148.013,55</b>		<b>148.013,55</b>

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” corresponde essencialmente às participações a receber no exercício seguinte, de entidades da farmácia, juros e outras receitas.

O saldo da rubrica “Outros devedores” contempla valores respeitantes a rendas dos Prédios rústicos e urbanos e outros devedores a receber no exercício seguinte.

## 12 - Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

Diferimentos	31-12-2025	31-12-2024
<b>Diferimentos - Ativo</b>		
Gastos a reconhecer	9.121,21	8.411,68
<b>TOTAL</b>	<b>9.121,21</b>	<b>8.411,68</b>
<b>Diferimentos - Passivo</b>		
Rendimentos a reconhecer	14.614,17	17.941,94
<b>TOTAL</b>	<b>14.614,17</b>	<b>17.941,94</b>

Gastos a reconhecer dizem respeito, essencialmente, a seguros, trabalhos especializados e rendas e alugueres.

Rendimentos a reconhecer dizem respeito a valores de rendas e quotizações.

### 13 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2025	31-12-2024
Caixa	16.123,57	15.773,84
Depósitos à ordem	468.749,19	407.564,89
Outros depósitos bancários	950.000,00	650.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.434.872,76</b>	<b>1.073.338,73</b>

### 14 - Imparidade de ativos

O resumo dos ativos em imparidade nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, decompõe-se da seguinte forma:

Imparidade em ativos financeiros ao custo menos perda por imparidade	31-12-2025				31-12-2024			
	Perdas por imparidade	Reconhecimento	Desreconhecimento /Reversões	Total	Perdas por imparidade	Reconhecimento	Desreconhecimento /Reversões	Total
Dívidas a receber de clientes e utentes	92.881,22	0,00	8.407,07	84.474,15	95.434,92	14.318,20	16.871,90	92.881,22
Outros devedores	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>92.881,22</b>	<b>0,00</b>	<b>8.407,07</b>	<b>84.474,15</b>	<b>95.434,92</b>	<b>14.318,20</b>	<b>16.871,90</b>	<b>92.881,22</b>

### 15 - Subsídios relacionados com ativos

Os subsídios ao investimento são:

Descrição	Valor do subsídio	Início	Taxa depreciação ativo	Subsídios por reconhecer 31-12-2025
Lar Rainha Sta Isabel	230.000,00	2010	2,00%	156.400,00
Lar José Godinho Jacob	1.758.825,86	2024	2,00%	1.650.459,78
Viaturas eléctricas PRR-RE	45.500,00	2025	20,00%	43.201,08
Projecto 11421 Fundação La Caixa - ISD	9.840,00	2025	16,66%	9.185,42
	<b>2.044.165,86</b>			<b>1.859.246,28</b>

Estes são considerados rendimento do exercício em função das depreciações praticadas.

## 16 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31-12-2025		31-12-2024	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:				
Caixa Geral Depósitos	115.359,48	230.719,00	115.359,48	346.078,48
<b>TOTAL</b>	<b>115.359,48</b>	<b>230.719,00</b>	<b>115.359,48</b>	<b>346.078,48</b>

Os financiamentos correntes e não correntes dizem respeito ao empréstimo contratado junto da *Caixa Geral de Depósitos* em 2008, o qual vence em 2028.

Associado ao empréstimo bancário, existe uma garantia colateral real (hipoteca) sobre o próprio imóvel (Rainha Santa Isabel), no montante de 2.500.000€.

## 17 - Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2025	31-12-2024
Fornecedores c/c		
Gerais	105.427,73	114.338,58
<b>TOTAL</b>	<b>105.427,73</b>	<b>114.338,58</b>

## 18 - Outras contas a pagar - correntes

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar correntes	31-12-2025	31-12-2024
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		9.200,77
Credores por acréscimos de gastos	347.833,94	289.802,87
Outros credores	148.041,00	131.871,01
Clientes / Utentes		
<b>TOTAL</b>	<b>495.874,94</b>	<b>430.874,65</b>

A rubrica “Credores por acréscimos de gastos” corresponde essencialmente à estimativa de férias e subsídio de férias e outros gastos a liquidar no exercício seguinte.

Outros credores referem-se a valores à guarda de utentes e crédito da Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

## 19 - Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2025	2024
Investimentos noutras empresas	1.870,00	2.008,00
Outros investimentos financeiros	18.974,45	18.974,45
<b>TOTAL</b>	<b>20.844,45</b>	<b>20.982,45</b>

A rubrica de “Outros investimentos financeiros” corresponde essencialmente a participações de capital, obrigações, as quais se encontram valorizadas pelo valor nominal, e Fundos de compensação.

## 20 - Fundos patrimoniais:

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	6.034.992,02	0	0	6.034.992,02
Excedentes técnicos		0	0	
Reservas	5.746.705,31	79.111,11	0	5.825.816,42
Resultados transitados	434.457,14	79.111,11	86.948,55	426.619,70
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	2.022.181,29	37.840,00	108.109,92	1.951.911,37
Resultado Líquido do Período	79.111,11	275.107,24	79.111,11	275.107,24
<b>TOTAL</b>	<b>14.317.446,87</b>	<b>471.169,46</b>	<b>274.169,58</b>	<b>14.514.446,75</b>

As variações na rubrica de “Outras variações nos fundos patrimoniais” verificaram-se com subsídios de 37.840,00 € do PRR-RE e Fundação La Caixa-ISD e transferência para a conta de “Outros rendimentos e ganhos” da parte correspondente às depreciações efectuadas no exercício, respeitantes a subsídios ao investimento e doações recebidas.

## 21 - Provisões

No exercício de 2025, não existem provisões reconhecidas.

## 22 - Vendas e serviços prestados

As vendas e prestações de serviços são assim decompostas:

Rédito das vendas e dos serviços prestados	31-12-2025	31-12-2024
<b>Vendas</b>		
- Mercadorias	1.876.574,54	1.783.206,23
- Activos Biológicos	76.250,79	494.547,46
	<b>1.952.825,33</b>	<b>2.277.753,69</b>
<b>Prestações de Serviços</b>		
- Quotizações e joias	1.517.048,82	1.274.803,68
- Compensação social (Segurança Social)	1.085.654,89	921.181,14
- Serviços farmacêuticos	5.221,80	5.733,63
- Cedência de exploração	4.260,00	4.260,00
	<b>2.612.185,51</b>	<b>2.205.978,45</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.565.010,84</b>	<b>4.483.732,14</b>

As mercadorias são produtos farmacêuticos comercializados pela farmácia da Santa Casa.

Os ativos biológicos referem-se a produtos silvícolas extraídos das herdades da Instituição, tais como pinha, pinheiros e sobreiros.

Relativamente às Quotizações estas dizem respeito às mensalidades dos utentes das valências Lar e Apoio ao domicílio.

A compensação mencionada neste quadro, está de acordo com o protocolo celebrado entre a Instituição e a respectiva entidade.

Cedência de exploração:

- Exploração Cinegética 4.260,00

### 23 - Subsídios, doações e legados à exploração

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCÁCER DO SAL beneficiou dos seguintes subsídios no decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024:

Subsídios, doações e legados à exploração	31-12-2025	31-12-2024
<b>Do Estado e outros entes públicos</b>		
- Centro Regional Segurança Social	17.625,33	0,00
- Centro Nacional de Pensões	0,00	0,00
- Câmara Municipal de Alcácer do Sal	0,00	0,00
	<b>17.625,33</b>	<b>0,00</b>
<b>De outras entidades</b>		
- IFAP	44.162,11	71.365,75
- IEFP	13.785,47	3.080,00
- Instituto Segurança Social	0,00	0,00
- IAPMEI	0,00	0,00
	<b>57.947,58</b>	<b>74.445,75</b>
<b>TOTAL</b>	<b>75.572,91</b>	<b>74.445,75</b>

Os subsídios recebidos e mencionados neste quadro, estão de acordo com os protocolos celebrados entre a Instituição e as respectivas entidades.

## 24 - Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2025	31-12-2024
Subcontratos	6.905,00	13.502,50
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	40.084,80	43.493,67
Publicidade e propaganda	5.450,00	
Vigilância e segurança	894,05	705,84
Honorários	41.207,75	44.444,85
Comissões	427,77	588,56
Conservação e reparação	102.203,38	97.955,86
Serviços bancários	3.757,28	3.668,90
Outros		
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	31.190,60	32.452,86
Livros e documentação técnica	120,01	
Material de escritório	6.875,06	9.550,76
Artigos para oferta	1.700,48	
Outros	14.110,20	32.168,46
Energia e fluidos		
Electricidade	81.415,86	61.352,84
Combustíveis	11.714,33	11.757,80
Água	52.309,25	58.884,34
Outros	64.098,41	59.220,87
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	7.197,30	6.943,75
Transportes de mercadorias	256,81	599,28
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	3.657,48	2.291,16
Comunicação	22.953,43	22.529,81
Seguros	11.002,14	10.257,43
Contencioso e notariado	792,76	710,54
Despesas de representação	321,80	
Limpeza, higiene e conforto	40,63	32,56
Outros serviços	85.219,10	173.519,33
<b>TOTAL</b>	<b>595.905,68</b>	<b>686.631,97</b>

## 25 - Gastos com o pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	31-12-2025	31-12-2024
Remunerações do pessoal	2.023.257,01	1.849.930,03
Benefícios pós-emprego		
Para planos de contribuições definidas - outros		
Indemnizações	2.141,74	3.937,02
Encargos sobre remunerações	410.224,65	377.991,59
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	24.488,85	18.153,05
Gastos de ação social	3.350,47	6.275,00
Outros gastos com pessoal	26.288,52	38.629,53
Dos quais:		
Gastos com formação	6.830,57	16.486,60
Gastos com fardamento	3.623,46	5.102,61
Outros gastos	15.834,49	17.040,32
<b>TOTAL</b>	<b>2.489.751,24</b>	<b>2.294.916,22</b>

O número médio de pessoas que colaboraram com a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 foram as seguintes:

2025 = 129 funcionários

2024 = 130 funcionários

## 26 - Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos são assim decompostos:

Outros rendimentos e ganhos	31-12-2025	31-12-2024
Rendimentos suplementares		
Aluguer de equipamento		
Outros rendimentos suplementares	71.775,96	68.435,43
Cedência de energia	2.748,01	2.173,53
Cedência de água e outros	1.022,48	1.233,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.527,83	1.654,27
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Alienações	231.881,75	
Rendas e outros rendimentos de propriedades de investimento	429.530,70	386.000,14
Outros	144.947,20	129.330,45
<b>TOTAL</b>	<b>883.433,93</b>	<b>588.826,82</b>

Descrição da rubrica "Outros":

- Regularizações	654,90 €
- Imputação de subsídios ao investimento	61.736,54 €
- Ganhos em out instrumentos financeiros	612,00 €
- Indemnizações	881,10 €
- Donativos	32.543,26 €
- Imputação de doações	46.373,38 €
- Bónus e descontos	<u>2.146,02 €</u>
	<u>144.947,20 €</u>

## 27 - Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas são assim decompostos:

Outros gastos e perdas	31-12-2025	31-12-2024
Impostos	4.252,86	4.054,31
Dívidas incobráveis		
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	1.034,54	77,44
Donativos	1.600,00	1.600,00
Quotizações	16.919,19	15.292,28
Perdas em instrumentos financeiros	750,00	34,00
Outros não especificados	55.573,19	54.095,48
Subtotal	75.876,92	71.099,20
<b>TOTAL</b>	<b>80.129,78</b>	<b>75.153,51</b>

A rubrica “Outros não especificados” refere-se essencialmente aos gastos em comum com a Associação de Socorros Mútuos e Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

## 28 - Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos são assim decompostos:

Juros e rendimentos similares obtidos	31-12-2025	31-12-2024
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	19.202,05	18.427,07
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	161,05	169,19
De outros financiamentos concedidos		3,72
<b>TOTAL</b>	<b>19.363,10</b>	<b>18.599,98</b>

## 29 - Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:

Juros e gastos similares suportados	31-12-2025	31-12-2024
Juros suportados		
Financiamentos bancários	11.978,32	25.471,02
Outros		
<b>TOTAL</b>	<b>11.978,32</b>	<b>25.471,02</b>

## 30 - Acontecimentos após data de Balanço

Não se verificaram acontecimentos relevantes entre a data do fecho e a data da aprovação das contas.

Assim, à data de emissão deste relatório não são conhecidos eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

## 31 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

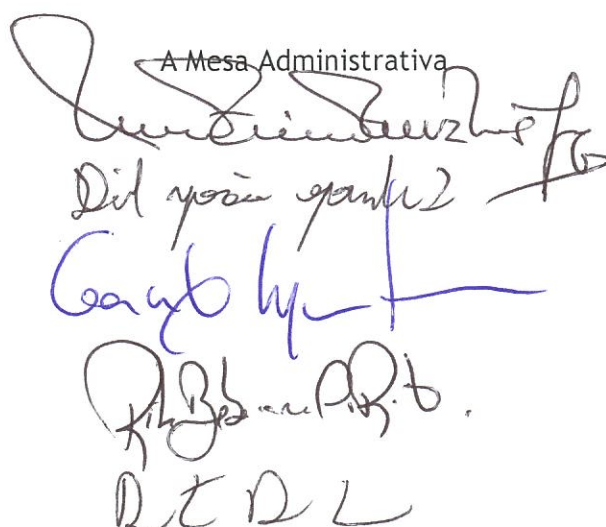
Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Alcácer do Sal, 13 de março de 2026

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Did you mean bank?

Caro h

DTDL

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 15.539.744 euros e um total de fundos patrimoniais de 14.514.447 euros, incluindo um resultado líquido de 275.107 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização

Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de março de 2026

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Representada por

[Assinatura Qualificada] Assinado de forma digital por  
Carlos Manuel Charneca [Assinatura Qualificada] Carlos Manuel  
Moleirinho Grenha Charneca Moleirinho Grenha  
Dados: 2026.03.25 16:52:23 Z

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,  
Registado na CMVM sob o n.º 20160877